

## **PLANTAS DO SERTÃO: UMA VIAGEM PELA GEOGRAFIA BOTÂNICA E PELA HISTÓRIA DO SERIDÓ, RIO GRANDE DO NORTE<sup>1</sup>**

Helder Alexandre Medeiros de Macedo

Professor do Departamento de História e Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó, Campus de Caicó, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde é pesquisador da Base de Pesquisa Semi-Árido: Natureza, História e Sociedade

### **RESUMO**

Este ensaio analisa a presença das plantas no processo histórico de construção do Seridó, região sertaneja do Rio Grande do Norte, a partir de fontes manuscritas e da literatura regional, apontando caminhos para se pensar a conservação da vegetação nos dias atuais.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Seridó – Vegetação – História regional

### **INÍCIO DA VIAGEM: RIACHO DO OLHO D'ÁGUA, RIACHO DO BOJO**

A nossa viagem começa nos terraços fluviais do Olho d'Aguinha dos Cândidos, sítio que fica localizado a aproximadamente 07 quilômetros a sudeste

da cidade de Carnaúba dos Dantas, no Sertão do Seridó<sup>2</sup>. Nas proximidades das ruínas de uma velha casa, com currais que lembram as épocas de muitas cabeças de gado, e dos restos da parede de uma barragem - construída em 1905 sob o comando do mestre-de-obras Cassimiro Alberto Dantas – descortinamos um cenário indescritível e paradisíaco, custoso de se descrever nestas linhas. Trata-se do Olho d'Água do Minador, uma fonte d'água que nasce das estranhas da terra e que nunca secou, nem mesmo nas grandes secas – segundo dizem os antigos moradores da região. Em volta do pequeno olho d'água, há uma enorme quantidade de quixabeiras e juazeiros, que juntam suas frondosas copas para formar um verdadeiro manto, oferecendo sombra a quem as visita. O chão das proximidades é molhado, exalando um cheiro característico de lugares úmidos e com pequenos filetes de água vertendo do solo. Além da grama verde que nasce no seu entorno, podemos destacar flores amarelas, brancas e cor-de-rosa contrastando com o tom amarronzado da terra. Nas proximidades da fonte uma coronha, com seu tronco verde-musgo e marrom, soma-se à beleza do lugar.

A fonte faz nascer o riacho de mesmo nome (Riacho do Minador), que segue seu rumo por entre cachoeiras e formações rochosas, ladeadas por guaxumas, juazeiros, imbuzeiros e trepadeiras - como a fava-braba - em direção ao Riacho do Olho d'Água, onde desemboca pelo lado direito<sup>3</sup>. Subindo este último em direção aos seus nascedouros, atravessamos a Garganta dos Fundões, uma abertura na serra cuja altura dos paredões chega a 50 metros de altura<sup>4</sup>.

Dentro da garganta, por onde passa o leito do Riacho do Olho d'Água, a raiz de um mulunguzeiro cresceu por cima de uma pedra, tomando a sua forma; no seu caule, grossos espinhos e na copa vagens amarronzadas escondem as sementes vermelhas, que também se encontram junto ao leito do riacho. O clima é um pouco úmido, mesmo na estiagem. As inscrições rupestres de origem indígena em vários pontos do riacho tornam o ambiente mais apreciável ainda, fazendo com que rememoremos ao passado nativo da região. Completam a paisagem, ainda, sem querermos ser conclusivos, caraibeiras, caxumbeiras, maniçobas, cipós e outras trepadeiras de vários tipos, imbuzeiros e macambiras. Cactáceas como a coroa-de-frade, o xique-xique, o cardeiro, o facheiro, o mandacaru e a gucória fazem parte da região, assim como os três mais conhecidos tipos da agressiva jurema: a branca, a preta e a unha-de-gato.

Galgada a conhecida Grotta Funda, enorme queda d'água no caminho em busca das nascentes do riacho, eis que este passa a ser chamado de Riacho do Bojo, uma alusão às inúmeras cavidades naturais presentes nas suas formações rochosas. À vegetação exuberante do Bojo soma-se o fascinante conjunto de mais pinturas e inscrições indígenas presentes no leito e nas margens do riacho, demonstrando a presença índia na região muito antes que qualquer europeu pensasse em pôr os pés na América.

À medida que nos aproximamos de outro sítio, o Brás<sup>5</sup>, a mata que margina o leito torna-se mais densa ainda. Parecemos estar entrando em um outro

ambiente, cercado de plantas com verdes de todos os matizes possíveis, inclusive com plantas que não identificamos dentre as espécies mais conhecidas da região do Seridó. Da Cachoeira do Chapéu, subindo por uma vereda tortuosa, atingimos a casa de morada da antiga Fazenda Brás, datada de meados do século XIX, abandonada há muitos anos e ladeada por uma floresta de caribeiras. Compõe o conjunto um imbuzeiro-cajá, cactáceas, um juazeiro e plantas rasteiras nos arredores de uma cacimba localizada atrás da edificação. A Fazenda Brás é conhecida, ainda hoje, como lugar de arrancho para as pessoas que se deslocavam da antiga Vila Carnaúba<sup>6</sup>, nos idos dos anos 30 e 40, em direção ao Acari. O itinerário percorria, partindo da Vila, os sítios Galo, Espera, Escondido, Brás, Logradouro e Cajueiro, de onde se chegava à vizinha cidade do Acari. Segundo os antigos moradores da região, as pessoas que se arranchavam na Fazenda Brás deixavam os animais de montaria comendo nos cochos em frente ao alpendre e, adentrando na casa, saboreavam o típico café sertanejo, que, dependendo da fartura e do inverno, poderia ser regado com os cereais cultivados nas várzeas e roçados anexos à morada. Dali o percurso até chegar ao Acari seria longo e íngreme, marcado pela passagem pelo Logradouro e pela subida da conhecida Serra do Cajueiro.

Voltando ao leito do Riacho do Bojo e incursionando em rumo a sua origem nos deparamos com outra vertente, a Cachoeira da Cruz, cujo poço, segundo os antigos moradores do lugar, nunca secou totalmente. A partir daí, tanto no leito

como nas margens do Bojo, encontraremos várias espécies de plantas desconhecidas, das quais não sabemos nome e maiores informações. Na encosta esquerda do riacho, ameixeiras adornadas com as ramas da batata-de-purga decoram um antigo caminho usado por caçadores em suas empreitadas noturnas e hoje aproveitado pelos jumentos que vivem soltos pelo mato. A nossa viagem chega ao fim quando, próximo à Cachoeira do Bojo, encontramos uma planta rara na região: a coronha, com tronco rijo, galhos meio espinhosos, folhas que se assemelham às da jurema e sementes contidas em vagens, das quais se fazia tinta preta para tingir tecidos nos anos 40 e 50 do século XX. É uma árvore situada num lugar ermo e que compartilha da solidão da Serra Fechada junto com um centenário cumaru, que fica a pouca distância dali.

Este relato de viagem não foi utilizado no início do texto apenas por sentimentalismo ou bairrismo. Teve uma intenção premeditada, a de demonstrar as barreiras que se opõem a quem deseja enveredar pelo estudo da história das paisagens florísticas de um determinado espaço do ponto de vista de sua própria historicidade. A primeira grande barreira diz respeito à inópia de documentos escritos que tratem somente das plantas da região. Documentos como os registros das datas e sesmarias das Capitâneas do Rio Grande e Paraíba, inventários *post-mortem* e processos de demarcações de terra, utilizados para a confecção deste texto, trazem alguns pequenos detalhes que, isolados ou no contexto, ajudam a compreender que plantas estiveram presentes no processo histórico de ocupação

do Sertão do Seridó. São como pequenos diamantes que encontramos nos esborros de uma mina inexplorada. A tradição oral e a literatura regional também nos presenteiam, vez por outra, com preciosidades sobre o assunto. Outro obstáculo que deve ser anotado refere-se à ausência de estudos específicos sobre a flora do Rio Grande do Norte, a exemplo de tratados científicos do século XIX como os de Von Martius e Spix. Duas exceções devem ser feitas.

Trata-se do naturalista francês Louis Jacques Brunet, que, entre 1850 e 1855, empreendeu uma viagem científica pelo interior das Províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, quando anotou informações sobre a fauna e a flora da região em destaque, além de ter aí coletado informações físico-geológicas e referentes às inscrições rupestres. Nos manuscritos e relatos de sua viagem, onde está descrita a diversidade faunística e florística do Rio Grande do Norte e Paraíba, suas andanças incluíram passagens por Areia, Campina Grande, Cabaceiras, São João, Teixeira, Piancó, Souza, Pombal, Caicó, Pedra Lavrada e João Pessoa (Rosado & Silva, 2001). Esses manuscritos encontram-se, nos dias atuais, depositados no Arquivo Público Estadual de Pernambuco, estado onde Louis Jacques Brunet lecionou no Museu do Ginásio Pernambucano.

A outra exceção de que tratamos é o *Estudo Botânico do Nordeste*, em seus três volumes, escrito pelo botânico alemão Philipp von Luetzelburg, da Inspeção Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), relatando suas viagens aos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Goiás no

período de 1912 a 1921. Especificamente tratando do Rio Grande do Norte, cujo palco da viagem aconteceu de 1920 a 1921, Luetzelburg destacou a diversidade das xerófilas encontradas na região do Seridó, mencionando a presença de imbuzeiros, faveleiras, urtigas, mofumbos, pinhões, pinhõezinhos e imburanas. Citou, ainda, a existência de *algodão silvestre*, em estado selvagem, nas serras próximas à garganta do Gargalheiras, bem como não deixou de referendar o papel da cotonicultura no desenvolvimento da economia dos municípios. Fizeram parte de seu itinerário os municípios de Parelhas, Jardim do Serido, Acari, Currais Novos, Caicó, Flores (hoje, Florânia) e Santa Cruz, além de outros municípios limítrofes, cuja paisagem florística foi descrita e analisada na sua obra. Detalhe interessante do qual não podemos deixar de referenciar é que, andando pelo Seridó no período de estiagem, afirmou o botânico que “Raramente aparece o tronco de uma Aroeira e de Joazeiro, e a Baraúna falta por completo”, denunciando o quão remota já é a escassez dessas árvores de grande porte em determinadas áreas da região (Luetzelburg, 1974).

O porquê de nos utilizarmos da observação minuciosa de uma determinada área do Seridó é o de demonstrar o quanto a história da flora da região é mais contemporânea do que pensamos. A razão para considerarmos essa história tão coeva é de natureza biológica, uma vez que desde a colonização européia na região a maioria das plantas tem sido chamada pelo mesmo nome, conservando-o até os dias atuais. Outras não tiveram a mesma sorte e só sabemos de sua

existência por antigos documentos empoeirados, muitas vezes abandonados e esquecidos em arquivos e cartórios. As plantas são, portanto, documentos vivos e delas vicejam histórias, lendas, contos e vivências que povoam o imaginário dos seridoenses. Nesses quase quatro séculos da presença europeia no Seridó pudemos evidenciar as várias formas de como o homem vem interagindo com a flora ao seu redor e como esta é usada no seu cotidiano.

### **PENETRANDO NAS ENTRANHAS DO SERTÃO ÍNDIO**

Ao passo que a monocultura canavieira se especializava nas áreas litorâneas do Brasil Colonial, a atividade pecuarística gradativamente ia sendo empurrada para o sertão, o que gerou a procura de terras devolutas por parte dos proprietários de gado. Na década de 70 do século XVII, período em que a Capitania do Rio Grande estava sendo reorganizada após a Dominação Flaminga (1633-1654), aparecem as primeiras referências à concessão de lotes de terras em áreas que nos dias atuais correspondem ao Seridó. Os anos de 1676, 1679, 1680 e 1684 assinalam a doação de sesmarias no Rio Acauã e seus pastos a membros da família Albuquerque da Câmara e a outros criadores, com o objetivo de acomodarem seus gados (C.f. Medeiros Filho, 1984, p. 108-16). No entanto, a presença de brancos no sertão não passaria despercebida aos verdadeiros donos da terra. Os índios Canindé, Janduí e Pega, da família lingüística Tarairiu, cedo se insurgiriam contra a instalação de currais e caiçaras nos pastos



sertanejos. Movimentos de resistência indígena ao avanço da colonização foram comuns em praticamente todas as Capitânicas do Norte, desencadeando o que a documentação da época registrou como Guerra dos Bárbaros.

Um dos resultados da Guerra, cujo fim oficial se deu em 1725 (*idem*, p. 125), foi a efetiva colonização do interior da Capitania, acompanhada do povoamento das ribeiras sertânicas. Devemos assinalar que o povoamento do sertão se deu em função do despovoamento da maioria da população indígena que estava junto aos rios quando os tentáculos da empresa colonizadora ibérica chegaram ao interior. Não devemos, contudo, imaginar que todo o contingente populacional nativo foi expurgado do Sertão do Rio Grande, como pensara a historiografia consagrada (Casculo, 1984; Lira, 1982). Tomando como referência as duas últimas décadas do Setecentos e a primeira metade do século XIX, temos evidências de que índios conviveram com brancos, negros e pardos na jurisdição da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, participando, inclusive, dos rituais cristãos do batismo, matrimônio e exéquias (Macedo, 2002). De modo que não podemos falar de uma superação da cultura nativa no momento em que se translada o mundo ibérico para os trópicos sertanejos e em que ocorre a sua instalação nas fazendas de gado. Pelo contrário, vários elementos culturais dos Tarairiu seriam apropriados no cotidiano das fazendas, passando a fazer parte da cultura material dos habitantes do Seridó. O uso de acessórios feitos a partir de palha trançada, como o abanador e a urupemba, bem como de objetos

confeccionados a partir do barro (alguidar, pote, gamela, quartinha) são alguns exemplos do que acabamos de afirmar.

Segundo o historiador Olavo de Medeiros Filho, somente a partir da década de 1720 as famílias que hoje perfazem o leque genealógico do Seridó tiveram condições de se instalar no sertão. As adversas condições climáticas e a ausência generalizada de pessoas fez com que os primeiros agrupamentos familiares vivessem utilizando-se das mesmas estratégias de sobrevivência dos índios. Isso fica mais evidente nas palavras do cronista Manuel Antônio Dantas Corrêa, segundo o qual, nos primeiros anos do século XVIII “houveram dois anos de secca sucessivos, que foram os de 23 e 24, sendo também de poucos annos a sua povoação de gados, não sendo a morrinha muito considerável; e a fome no povo também foi soffrivel, por ser ainda pouco; e mesmo por estar ainda o sertão inculto, havia abundancia de caça, e mel silvestre” (Guerra & Guerra, 2001, p. 10).

De fato, a extração do mel silvestre, a caça e o cultivo de plantas para subsistência era uma constante no dia-a-dia dos Janduí. Conforme explica George Marcgrave, alemão que em 1648 publicou a sua *História Natural do Brasil*, a região do Açu habitada pelos Janduí possuía abundância de frutas, que se encontravam maduras entre os meses de março e abril:

o *kuraura*, do tamanho de uma maçã, que ao cair ao solo servia para alimento; *dierada*, da dimensão de uma bala de espingarda, de cor preta, tirada da árvore antes que dela caísse; o *kakara*, fruto semelhante a uma noz, que comia-se cozido, pois cru era amargoso; um

tipo de figo silvestre, muito abundante, do tamanho de um punho cerrado (Medeiros Filho, 1984, p. 61).

Ainda segundo o mesmo autor, os Janduí utilizavam várias espécies de raízes silvestres para o preparo de seus “pães”, sendo algumas ingeridas cruas e outras torradas. Uma delas, chamada de “hompugh” e que servia para extinguir a sede dos índios, seria, segundo o pensamento de Olavo de Medeiros Filho, o conhecido imbuzeiro do sertão. Para Joan Nieuhof, autor da *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil* (1682), os Tarairiu preferiam, dentre todas as raízes, uma variedade de mandioca que era chamada, na língua nativa, de “cuguaçuremia” (*idem*).

Olavo de Medeiros Filho, baseando-se nos relatos de Roulox Baro, Cláude Morisot, George Marcgrave e Gaspar Barleu, afirma que nos campos do Açú e Seridó os Tarairiu cultivavam roças de milho, vários legumes e jerimuns, havendo também plantações de mamão, banana e uma planta chamada “iampee”. Cultivos estes que davam a subsistência básica aos grupos indígenas que andavam pelo ambiente sertanejo. Aliás, a lavoura de mandioca seria a principal cultura agrícola dos fazendeiros da Ribeira do Seridó durante os séculos XVIII-XIX e pelo menos a primeira metade do Novecentos; as covas e roças de mandioca estavam presentes, segundo os textos dos antigos inventários *post-mortem* da região, nas chãs das Serras do Cuité, dos Quintos, da Formiga, do Piauí e de Santana (C.f. Medeiros Filho, 1983, p. 35).

Sabemos que as fazendas edificadas pelos primeiros povoadores do Sertão do Seridó eram destinadas à criação de gado e que as viagens feitas constantemente em tropas de burros ou em cavalos a outras regiões eram responsáveis pelo abastecimento de cereais e gêneros alimentícios para a Casa da Fazenda. Não devemos nos iludir e pensar que as antigas fazendas do Seridó sobreviviam apenas da criação de gado e de miunças e dos alimentos trazidos de viagens. Várias formas de milho, feijão-macassar e de corda eram vegetais que faziam parte do cardápio dos seridoenses (*idem*, p. 69). O cultivo desses alimentos deveria se dar em roças próximas à Casa da Fazenda, havendo a maior fartura durante as grandes invernadas<sup>7</sup>. O próprio relato de Manuel Antônio Dantas Corrêa, em toda a sua extensão, dá conta das fatalidades que as lavouras plantadas nas roças e nas vazantes do Sertão do Seridó sofriam, fosse com as enchentes desmesuradas ou com a canícula da seca. É ele mesmo quem nos informa sobre algumas frutas e verduras consumidas pelos seridoenses: maxixe, melancia, melão, cabaça (para se fazer a “cuia” de uso doméstico) e jerimum (Guerra & Guerra, 2001, p. 9-16).

Situações extremas como a seca fizeram com que os seridoenses, acoçados pela terrível fome, consumissem o miolo das cactáceas. Seguindo ainda a crônica de Manuel Antônio Dantas Corrêa, ao se referir à seca de 1792, temos que “(...) os que ficaram e não se retiraram, entraram a descobrir raízes e fructas de plantas agrestes para seu sustento; bem como o chique-chique que é

uma planta bem brava por ser cercada de espinhos, o miolo da vegotea servindo de bom sustento” (*idem*, p. 11) . A seca de 1845 obrigaria os seridoenses, novamente, a ingerir o xique-xique assado e em 1899 se venderia o beiju feito dessa cactácea por \$050 (cinquenta réis), pesando 150 gramas (*idem*, p. 15 e 35).

### **METIDOS NOS RIACHOS E NAS SERRAS**

A expansão pecuarística a partir dos últimos decênios do século XVII e por todo o século XVIII levou os conquistadores a penetrar o Sertão do Seridó a partir dos leitos dos rios, rasgando as suas margens em direção aos ariscos, às várzeas e aos taboleiros. Os requerimentos solicitando datas e sesmarias no sertão inexplorado e a concessão por parte dos Capitães-mores do Rio Grande e Paraíba trazem referências às árvores típicas da vegetação sertaneja. Sítio Juazeiro, Várzea do Mulungu, Riacho Gravatá, Riacho de Carnaúbas, Olho d'Água do Cuité, Riacho das Caraibeiras, Poço do Cedro, Olho d'Água da Imburana e Serra da Timbaúba são apenas alguns exemplos. Dos nomes das plantas surgiam as denominações dos lugares primeiros onde o homem branco batera o seu rastro no chão.

Duas sesmarias dos fins do século XVII (Medeiros Filho, 1984, p. 108-16), doadas no Rio Acauã, referendam a Serra do Trapuá ou Trapiá, cuja denominação advém da planta de mesmo nome, pertencente à família das caparidáceas, hoje já não tão abundante nas proximidades dos núcleos urbanos do Seridó. A Serra do

Trapiá corresponde à Serra do Chapéu, localizada cerca de 10 quilômetros a sul da cidade de Currais Novos-RN.

A ladainha dos nomes de plantas repete-se nas cartas de sesmarias no Rio Grande e Paraíba, denunciando, inclusive, nomes de plantas que, se não estão em processo de extinção, são muito pouco conhecidas contemporaneamente. Assim aconteceu em 1733, quando José Fernandes de Sousa e Maria da Cruz, moradores na Capitania da Paraíba, requereram três léguas de comprimento e uma de largura no Riacho Cravatá, sendo meia légua para cada margem do leito. O curso d'água, localizado entre o Sertão do Cariri, a Serra da Timbaúba, o Riacho do Padre, Seridó e Mucutu, era assim chamado por nele haver "(...) alguns pés do dito Cravatá-assú" (Tavares, 1982, p. 140). Cravatá, caravatá ou gravatá, dependendo de como aparece nos textos sesmários, o termo designa o nome dado a diversas plantas da família das bromeliáceas, comum em todo o Nordeste segundo Luís da Câmara Cascudo (1968, p. 88). Riacho do Gravatá era a denominação dada ao Rio Picuí entre o Cotovelo e o Picuí propriamente dito, em município de mesmo nome, localizado 10 quilômetros ao poente de Cuité-PB.

Até mesmo examinando os nomes das municipalidades seridoenses percebemos o quanto a referência à vegetação é presente nos nomes de árvores associadas ou não a vocábulos genealógicos (Juazeirinho, Junco do Seridó, Carnaúba dos Dantas, Quixaba e Timbaúba dos Batistas), nas alusões a flores, florestas ou jardins (Nova Floresta, Nova Palmeira, Jardim de Piranhas, Jardim do

Seridó e Florânia) e ainda quando se referem à grandeza econômica de determinado vegetal (Ouro Branco, cujo nome menciona a importância econômica do algodão para o Seridó, comparando-o com o ouro).

### **SERTÃO DE RESINA E DE BORRACHA**

Em fala à Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1855, o Presidente do Rio Grande do Norte, Antonio Bernardo de Passos, comentava que algumas pessoas tentavam estabelecer o cultivo do café na província, iniciativa que via com bons olhos por ser ciente das benesses que esse negócio trazia para o Sul do Brasil. Diferentemente de “Algumas outras, [ que ] pretendendo ser a maniçoba a arvore, que produz a gomma-elastica, tem procurado obter este gênero; não me consta porém que por ora tenham obtido resultado apreciável” (Falla [1855]..., 2000, p. 627).

Esse resultado mudaria três décadas depois. Em 7 de setembro de 1890 o Jornal “O Povo”, do Caicó, noticiava que a indústria extrativa da maniçoba em Acari, em Flores (atual Florânia-RN) e em São Miguel (atual Jucurutu-RN) ia de vento em popa, já estando em andamento experiências para implantá-la em Serra Negra do Norte, onde há “grandes maniçobais”. Da maniçoba extraía-se “excelente borracha, que tem o preço médio de 1\$200 rs. o quilo, calculando-se a safra deste ano em cerca de 80 contos de reis” (Medeiros Filho, 1988, p. 164).

A exploração dessa euforbitácea nas terras do Seridó começou em Florânia, conhecida pelos mantos de maniçobais em suas serras. A iniciativa partiu de uma pessoa dos “Tripeiros”, família descendente dos Atanásios, que teve participação importante na edificação da igreja local. Esse mesmo indivíduo, cuja tradição oral nos negou o nome, dirigiu-se ao Amazonas fugindo de uma grande seca e lá entrou em contato com o trabalho de extração do látex nos seringais. Retornando ao sertão, experimentou extrair a borracha da maniçoba, porém, o produto não teve o seu impacto esperado nas vendagens em feiras sertanejas. Somente depois que chegou ao Açu, a borracha ou resina de maniçoba passou a ser procurada e valorizada, chegando a ser exportada para outros países (Lima, 1990d, p. 115).

De modo que logo outros municípios seguiram o exemplo de Florânia, crendo na viabilidade do extrativismo vegetal: Acari, Caicó e Currais Novos. Estes dois últimos, no final dos anos 20 do século XX, já estavam com a produção da borracha em fase de decadência. Em Currais Novos, a exploração começara em 1893 e chegara a ser uma das maiores fontes de renda locais, considerando que a safra da maniçoba chegou a produzir 50 mil quilos (Lima, 1990c, p. 204). Em Caicó, no final dos anos 20, a exportação chegava a 5 mil quilos de borracha de maniçoba (*idem*, 1990b, p. 58) e em Acari, onde a extração ainda vigorava, a quantidade chegava a 35 mil quilos (*idem*, 1990a, p. 24). Essa extração resistiu



até época não sabida e definiu nos municípios onde havia abundância de maniçobais por razões que também não sabemos.

### **A MADEIRA DENTRO E FORA DAS CASAS**

Noticiando a respeito da riqueza vegetal do município de Currais Novos em 1937, Nestor Lima dá conta de que o mesmo possuía madeiras de construção e de marcenaria como cumaru, jurema, angico, pau d'arco, baraúna, aroeira e imburana, além de frutos silvestres e grandes pastagens de panasco (1990c, p. 204). Sobre Acari, o historiador citou, em 1929, a presença de três grupos de plantas: as espécies vegetais de espinho e as mais rasteiras (juazeiro, favela, jurema, oiticica, xique-xique, facheiro, coroa-de-frade e cardeiro), as madeiras de construção (angico, peroba, oiticica, pereiro, cedro, aroeira e carnaúba) e as plantas medicinais (Lima, 1990a, p. 24).

Os exemplos de Acari e Currais Novos ilustram a riqueza e a diversidade vegetal do Sertão do Seridó, embora falar de árvores como a peroba, o cedro, a baraúna e o cumaru seja o mesmo que falar de raridades em um Museu de História Natural, dada a sua exígua quantidade nas matas seridoenses. Todavia, não podemos negar que os seridoenses aproveitaram e aproveitam a flora regional de diversas formas. Uma delas é a sua utilização para confecção de móveis de casa.

Os antigos oficiais de carapina, encarregados de “(...) fabricar os madeiramentos das habitações, as esquadrias, o rústico mobiliário doméstico, as porteiras de curral, as peças de madeira das casas de farinha”, se utilizavam das madeira de árvores da caatinga para executar seus trabalhos. Segundo Olavo de Medeiros Filho, o angico era empregado para fabricar mesas e bancos; a aroeira para mesas; o mulungu para malas; o pau d’arco para mesas, bancos, malas e estrados e o cedro para caixas, bancos, caixões, mesas, prateleiras, estradas e artibancos. Este último era utilizado, também, pelos chamados “santeiros”, para o fabrico de imagens religiosas (Medeiros Filho, 1983, p. 48).

De forma a corroborar essas assertivas, o inventário de Dona Manuela Dornelles de Bittencourt, moradora na Fazenda Xique-Xique (Carnaúba dos Dantas-RN), processado em 1795, faz referência à existência de 15 tábuas de imburana branca, pau d’arco e timbaúba, valendo 4\$000, aproximadamente o preço de 02 bezerros na época (Inventário..., 1795). Na partilha dos bens do falecido Caetano Dantas Corrêa (sogro de Dona Manuela) em 1798, evidenciamos a presença de uma caixa grande feita de pau de cedro, avaliada em 8\$000, preço equivalente, à época, a 02 garrotes (Inventário..., 1798). Por seu turno, no inventário de Alexandre José Dantas (1866), que era morador na Fazenda Ermo (Carnaúba dos Dantas-RN), figuram uma tábua grande de caraibeira, valendo 2\$000 e um caixão grande de mulungu, por 20\$000 (preço médio, naquele ano, de um garrote) (Inventário..., 1866). Da mesma forma, o inventário de Dona Maria

Pais do Nascimento, da Fazenda Carnaúba (Carnaúba dos Dantas), arrola um caixão grande de caraibeira que valia 16\$000, preço correspondente a pouco mais do que um garrote na avaliação da época (Inventário..., 1872). A partir dos dados acima deduzimos que a valorização monetária das madeiras e dos bens móveis executados sobre elas associa-se diretamente à constatação, através dos inventários *post-mortem*, de que a maioria dos ambientes domésticos das antigas fazendas e sítios do Seridó era simples, sem muita ostentação e requinte, excetuadas as habitações dos grandes latifundiários, coronéis e fazendeiros.

Até agora vimos como as madeiras estavam presentes no interior dos espaços domésticos de antigas fazendas de Carnaúba dos Dantas. Processos de inventários *post-mortem* de outras fazendas seridoenses, pesquisados por Olavo de Medeiros Filho, também atestam essa presença. É o caso do inventário do Capitão Domingos Alves dos Santos, da Fazenda das Lajes (Ouro Branco-RN), processado em 1793. No “Título de Móveis e Alfaias” constam, além de outros bens, duas mesas grandes, lisas e novas de aroeira, valendo 6\$000 (pouco menos que o preço de uma vaca na época) e dois bancos de pau d’arco, por \$640 (Medeiros Filho, 1983, p. 183).

A mesma aroeira que era empregada para o fabrico de mesas era também utilizada no tratamento das amígdalas, feito o gargarejo da casca, e também utilizada para limpar a pele. Essa é outra das formas pelas quais a vegetação era – e é – utilizada pelo seridoense. Das mesmas plantas que se retirava a madeira

para construção ou confecção de móveis, tirava-se, também, muitas vezes, o remédio para uma moléstia ou a própria vida, no caso de doenças graves. Enquanto a casca do angico era utilizada para tosse, a bronquite e a coqueluche poderiam ser curadas com o chá da casca da baraúna. A raspa da catingueira na água era tomada em casos de disenteria e da raiz da jurema se fazia chá para cicatrizar ferimentos, inclusive os mais graves. Herança da cultura nativa, a medicina natural ainda hoje é utilizada pelos seridoenses em seus acessos de dor ou quando acometidos de alguma doença.

Uma das árvores sertanejas mais procuradas para os fins de medicina caseira é a quixabeira, cuja casca é indicada como santo remédio contra qualquer tipo de inflamação. Conhecemos dois casos no Sertão do Seridó em que a quixabeira, para além de sua função curativa, desempenhou importante papel junto à memória local. O primeiro caso é de uma quixabeira existente na primeira metade do século XX no Povoado de São Vicente, hoje cidade de mesmo nome. Quem nos dá notícia dela é Nestor Lima, segundo o qual sob uma frondosa e secular quixabeira, a partir dos sábados de 1890, se fazia uma feira semanal no pequeno lugarejo, caracterizando-lhe o status de povoado. Em 1938, essa quixabeira ainda existia e “(...) atesta, na riqueza de sua floração e na exuberância de seus fructos, a feracidade da terra, constituindo como que uma reliquia para os habitantes do lugar” (Lima, 1990d, p. 109).

No centro da cidade de Carnaúba dos Dantas ainda existe, nos dias de hoje, ao lado do prédio da Câmara Municipal, uma quixabeira. Espremida entre uma farmácia e uma residência - porém, protegida por uma grade de ferro -, foi tombada e incluída no Patrimônio Histórico do Município através da Lei nº 203, de 25 de março de 1980, sancionada pelo Prefeito Valdemar Cândido de Medeiros. A principal razão para o tombamento da quixabeira foi a constatação, à época, de ter mais de cem anos. De fato, conta a tradição oral que desde que Antonio Dantas de Maria residiu no Sítio Carnaúba de Cima (que deu origem à cidade de Carnaúba dos Dantas), a partir de meados dos anos 60 do século XIX, a citada árvore já era conhecida. Próximo a ela, “Papai Velho”, como era conhecido Antonio Dantas, cavou um barreiro, existente ainda nas duas primeiras décadas do século XX. Palco de mal-assombros e de histórias do além, a quixabeira centenária que ainda flora e frutifica teima em sobreviver em meio ao caos urbano da cidade, mostrando ser um documento vivo do passado da localidade.

## **MOFUMBOS E MOFUMBAIS**

Há quem diga que a flor do mofumbo (e também a do pereiro) seja uma das flores mais perfumadas do sertão. Intrincados mofumbais denominaram um sítio localizado na zona rural de Carnaúba dos Dantas, o *Mufumbá* e também estão presentes no mito de origem da cidade de Caicó (Dantas, 1996, especialmente o primeiro capítulo).

Segundo relatos orais colhidos no Sítio Saboeiro (localizado entre os municípios de Caicó e Jucurutu) o mofumbo era utilizado, nos meses de maio, com finalidades religiosas. As moças virgens do sítio costumavam sair ao *mato* para pegar as hastes do mofumbo, das quais os homens trançavam um arco para adornar o altar dedicado à Virgem Maria. As mesmas virgens saíam *ao mato* todos os dias para recolherem flores para decorar o altar. Esta prática cultural está eivada de um simbolismo religioso, vez que sendo o mês de maio dedicado a Nossa Senhora, somente as virgens, que seguiam o modelo de castidade da Mãe de Jesus, poderiam coletar as hastes nos mofumbais e as flores. Os homens, por outro lado, é que manuseavam os galhos até dar-lhes a forma de um arco. Todos os dias, à noite, rezava-se dentro de casa o Terço em homenagem à Virgem Maria, onde as virgens citadas debulhavam seus rosários talvez à espera de um bom marido. A culminância desse ritual, se é que assim podemos chamá-lo, se dava no dia 31 de maio, com a celebração da Coroação de Nossa Senhora. Logo após os homens quebravam o arco da Virgem dentro de uma fogueira, feita no terreiro. As virgens, para completar, arroteavam a fogueira com uma rede branca e iam jogando as flores secas coletadas durante todo o mês. Acreditavam que, pela proximidade com o dia de Santo Antonio (13 de junho), tido como o santo casamenteiro, poderiam, com essa oferenda, arranjar no futuro um bom partido<sup>8</sup>.

Na Fazenda Antonio de Azevêdo, localizada na Carnaúba de Baixo (zona rural de Carnaúba dos Dantas-RN), o *Mês Mariano*, como era conhecido o mês de

maio, também era celebrado em honra a Nossa Senhora. Na Casa da Fazenda havia

duas salas de visitas ou da frente; sendo que uma delas - a sala velha - ostentava um oratório, peça indispensável à casa do bom católico, contendo imagens de santos populares e os venerados pela família. Nesse local, reuniam-se os membros do domicílio e a comunidade para rezarem ofícios, terços e novenas, como os em honra a São José, ao mês mariano e a Nossa Senhora das Vitórias (Dantas, 2001, p. 51).

Também as moças virgens da fazenda, junto às dos sítios vizinhos, neste caso, tinham o hábito de pegarem flores diariamente para decorar o Oratório com a imagem da Virgem Maria. No *derradeiro de maio*, como então se chamava o dia 31, era costume celebrar-se a Coroação de Nossa Senhora, para a qual as donzelas saíam ao *mato* para pegarem flores de laranjeira e de pereiro para fazerem a coroa da Virgem.

### **O FIM DA VIAGEM?**

Não há conclusões. Terminamos a viagem pela rota das plantas sertanejas e pouco delas sabemos, a não ser algumas pequenas minúcias fornecidas pelos documentos de época, a tradição oral ou mesmo pela observação *in loco*. Contudo, incursionar pelos caminhos cheios de cipós e urtigas, ladeados pelas flores de mulungus e perfumados com a fragância da flor de pereiro nos fez perceber os diversos relacionamentos que o homem vem mantendo com a flora regional nesses últimos quatrocentos anos, apropriando-se também da cultura e

do gosto nativo pelas plantas. Fez-nos constatar, ao ensejo, que muito ainda precisa ser pesquisado e escrito, a exemplo das histórias que cercam o cultivo do algodão no Seridó, que por si só renderiam outro texto, ou ainda das histórias envolvendo os cereais, legumes e verduras que nas plagas seridoenses se plantam desde a época em que o tempo era contado pelas luas que apareciam nos céus. No final de um texto tão decorado com plantas das mais diferentes famílias, um apelo é dirigido aos seridoenses para que possam, daqui por diante, pensar em alguma estratégia para salvar as espécimes nativas que ainda restam nas proximidades das serras, antes mesmo que seja caro a qualquer um de nós ter que recorrer a um livro para conhecer árvores como a baraúna, o mulunguzeiro ou mesmo a quixabeira. A viagem ainda não terminou. Estamos apenas começando.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **FONTES MANUSCRITAS**

#### **1º Cartório Judiciário da Comarca de Acari, Acari-RN**

Inventário *post-mortem* de Alexandre José Dantas, da Fazenda Ermo;

Inventariante, José de Azevêdo Dantas. Maço 05, nº 160, 1866.

Inventário *post-mortem* de Caetano Dantas Corrêa, da Fazenda Picos de Cima;

Inventariante, Josefa de Araújo Pereira. Maço 01, nº 11, 1798.



Inventário *post-mortem* de Manuela Dornelles de Bittencourt, da Fazenda Xique-Xique; Inventariante, Simplício Francisco Dantas. Maço 01, nº 08, 1795.

Inventário *post-mortem* de Maria Pais do Nascimento, da Fazenda Carnaúba; Inventariante, Manuel Francisco Dantas Corrêa. Maço 05, nº 194, 1872.

### FONTES IMPRESSAS

Falla que o Illm. e Exm. Senhor Dr. Antonio Bernardo de Passos Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte dirigio á Assembleia Legislativa Provincial no acto da abertura de Sua Sessão Ordinária em o 1º de Julho de 1855. In: FUNDAÇÃO GUIMARÃES DUQUE. FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO. *Falas e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte (1835 a 1859)*. Mossoró: Col. Mossoroense, 2001 (Série G, nº 08).

FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Sesmarias do Rio Grande do Norte*, v.2 (1716 - 1742). Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Gráfica Tércio Rosado (ESAM), 2000 (Mossoroense, Série C, 1.137).

FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. *Sesmarias do Rio Grande do Norte*, v.3 (1742-1764). Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Gráfica Tércio Rosado (ESAM), 2000 (Mossoroense, Série C, 1.138).

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- CASCUDO, L. da C. *Nomes da Terra: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1968.
- DANTAS, Eugênia Maria. *Retalhos da cidade: revisitando Caicó*. Natal: 1996. 110p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- DANTAS, J. de A. *Indícios de uma Civilização Antiquíssima*. (Manuscrito existente no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano). João Pessoa: A União, 1994.
- DANTAS, M. da P. M. *Desvendando o viver nas Fazendas dos Azevêdo – Carnaúba dos Dantas (1870-1940)*. Caicó: 2001, 100p. Monografia (Especialização em História do Nordeste) – Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- GUERRA, P. & GUERRA, T. *Seccas contra a secca*. 4.ed. Mossoró: FRV/Fundação Guimarães Duque, 2001 (Mossoroense, Série C, 1.203).
- LAMARTINE, O. *Sertões do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.
- LIMA, N. *Municípios do Rio Grande do Norte: Acari, Angicos e Apodi*. Mossoró: s/e, 1990a (Mossoroense, Série C, 594, ed. fac-similar).
- LIMA, N. *Municípios do Rio Grande do Norte: Baixa Verde, Caicó, Canguaretama, e Caraúbas*. Mossoró: s/e, 1990b (Mossoroense, Série C, 596, ed. fac-similar).

LIMA, N. *Municípios do Rio Grande do Norte: Ceará-Mirim e Currais Novos.*

Mossoró: s/e, 1990c (Mossoroense, Série C, 595, ed. fac-similar).

LIMA, N. *Municípios do Rio Grande do Norte: Flôres, Goianinha, Jardim do Seridó,*

*Lajes e Luís Gomes.* Mossoró: s/e, 1990d (Mossoroense, Série C, 598, ed. fac-similar).

LIRA, A. T. de. *História do Rio Grande do Norte.* 2.ed. Natal: Fundação José

Augusto; Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.

LUETZELBURG, P. von. *Estudo Botânico do Nordeste.* 2.ed. V. I (contém os vols.

I e II do original). Mossoró: Fundação Guimarães Duque/ESAM; Brasília: CNPq, 1974 (ed. fac-similar, Col. Mossoroense, CLXVI).

\_\_\_\_\_. *Estudo Botânico do Nordeste.* 2.ed. V. II (contém o vol. III do original).

Mossoró: Fundação Guimarães Duque/ESAM; Brasília: CNPq, 1974 (ed. fac-similar, Col. Mossoroense, CLXVI).

MACEDO, H. A. M. de. Quando o Sertão se descobre: os documentos

pombalenses e a redescoberta da História do Seridó Colonial. *O Galo – Jornal Cultural.* Natal: Fundação José Augusto, ano XI, nº 4, abril/maio de 2000. p. 19-22.

\_\_\_\_\_. *Vivências Índias, mundos mestiços: relações interétnicas na Freguesia da*

*Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX.* Caicó: 2002, 167p. Monografia (Graduação em História –

Bacharelado e Licenciatura) – Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MEDEIROS FILHO, O. de. *Caicó, cem anos atrás*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

\_\_\_\_\_. *Velhos Inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

ROSADO, V. ; CAMPOS E SILVA, A. *Louis Jacques Brunet, naturalista viajante*. 2.ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado/Fundação Guimarães Duque, 2001 (Col. Mossoroense, C, 1236).

TAVARES, J. de L. *Apontamentos para a História Territorial da Parahyba*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982 (Mossoroense, CCXLV, ed. fac-similar).

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Agradeço aos Profs. Renato de Medeiros Rocha, Muirakytan Kennedy de Macedo, Maria das Dores Medeiros e Lídia Brasileira de Brito e ainda a Erivan Ribeiro de Faria, Vingt-Un Rosado, Joaquim Martiniano Neto, Agassiel de Medeiros Alves, Milton Filho, Halysom Rodrigo de Araújo Dantas, Evaneide Maria

---

de Melo e Verônica Vera da Silva pela colaboração de diversas formas na elaboração deste texto.

<sup>2</sup> A regionalização do Seridó adotada neste estudo é a da antiga Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó. Freguesia criada em 1748, abrangia um vasto território correspondente, em terras sertanejas do Rio Grande do Norte e Paraíba, à Ribeira do Seridó e seus afluentes. Sua sede ficava na Povoação do Seridó (ou do Caicó), elevada ao status de Vila Nova do Príncipe em 1788 e que hoje corresponde à cidade de Caicó-RN.

<sup>3</sup> O Riacho do Minador desemboca no Riacho do Olho d'Água pelo lado direito quando subimos o leito deste último em sentido anti-horário (em busca da nascente).

<sup>4</sup> A altura do paredão foi avaliada pela primeira vez nos anos 20, quando o arqueólogo e historiador José de Azevêdo Dantas andou pelo lugar, copiando suas inscrições rupestres, ocasião em que executou, também, desenhos da cachoeira da Grota Funda. C.f. Dantas, 1994.

<sup>5</sup> Sítio também localizado no município de Carnaúba dos Dantas, distando cerca de 10 km da sede.

<sup>6</sup> Hoje, cidade de Carnaúba dos Dantas-RN.

<sup>7</sup> A respeito da conservação de alimentos vegetais como feijão, fava, milho, jerimum, milho, batata-doce e ainda a farinha e a rapadura, derivadas,

---

respectivamente, da mandioca e da cana-de-açúcar, consulte-se a leitura

etnográfica de Lamartine, 1980, p. 74-86.

<sup>8</sup> Este relato foi narrado pela Sra. Maria do Socorro Fernandes, do Sítio Saboeiro, que fica localizado entre Caicó e Jucurutu. A pesquisadora Evaneide Maria de Melo, graduanda em Geografia pelo Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, coletou relato semelhante com o Sr. Pedro Porfírio de Melo, do Sítio Manhoso, no município de Caicó-RN.